



**10º ENCONTRO** CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:  
MEMÓRIA E FUTURO  
Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte  
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

Área Temática: Cultura Política e Democracia

**OS CONDICIONANTES DA SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NA AMÉRICA  
LATINA**

Renata Andrade de Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC

## RESUMO

O cenário da sub-representação feminina tem alimentado o debate sobre as potencialidades e os limites de medidas institucionais, como a política de cotas, para promover a inclusão das mulheres nas instâncias de decisão, e também, sobre em que medida o desenvolvimento econômico atua como fator explicativo para esse quadro. Por isso mesmo, o tema da sub-representação política de determinados grupos que historicamente sofreram opressões e ocuparam posições desvantajosas na sociedade, dentre os quais as mulheres, estruturou um campo pujante de pesquisas no interior da ciência política contemporânea. Particularmente, porque as desigualdades encontradas na representação política dos gêneros constituem sérios entraves para a vitalidade das democracias contemporâneas, limitando e condicionando o avanço da promoção da igualdade de gênero em outras áreas da vida social. Com isso, fica o questionamento de quais seriam as razões para as disparidades dos dados da representação feminina nos parlamentos. Sendo assim, o presente *paper* se pauta na tentativa de determinar quais seriam os componentes das possíveis dimensões da desigualdade de gênero na política na região da América Latina. Por mais que alguns autores sugiram a origem da causa em um ou outro aspecto, o importante é ressaltar que não é busca pelo fator mais influente que merece ser estudado, mas, conhecer os comportamentos dos condicionantes se torna essencial para a articulação de políticas concretas de promoção da igualdade entre os gêneros. A verificação de quais seriam os condicionantes advém da noção da multidimensionalidade de fenômenos como a sub-representação de mulheres nas democracias contemporâneas. Assim, diversos estudos se ocuparam em estudar separadamente as principais dimensões apontadas pelas teorias, tais como a dimensão socioeconômica, institucional e cultural. Esta última é alvo de estudos empíricos mais recentes, e foi fator central do modelo multidimensional aplicado por Ronald Inglehart e Pippa Norris (2003) para um contingente mundial. É essencial destacar que suas conclusões tinham por base parâmetros de democracias consolidadas e de sociedades mais desenvolvidas economicamente. Desse modo, não é possível estender analogicamente seus achados a todos os países do mundo, e principalmente, para a América Latina, uma vez que esta região apresenta características históricas específicas. Sendo assim, essa lacuna deixada por esse estudo reflete no desconhecimento dos efeitos da multidimensional na representação de mulheres América Latina. Portanto, o presente *paper* buscará de maneira exploratória verificar quais os elementos que tem sido apontados pela literatura que constituem as possíveis dimensões socioeconômica, institucional e cultural, com o intuito de buscar construir um modelo que se pautar na multidimensionalidade da sub-representação política das mulheres no contexto latino-americano.

## I- INTRODUÇÃO

O cenário que as sociedades ocidentais tem vivenciado é a consolidação e estruturação de regimes democráticos, isto porque a democracia vem ganhando legitimidade universal na maioria dos países (Miguel,2013). Nesse sentido, a indeterminação do conceito advém justamente das múltiplas fontes nas quais a democracia moderna se fundamenta (Silva,Setti, Paranhos,Nascimento, 2013), o que denota um caráter polissêmico ao seu significado, como apresenta Sartori (1994) vivemos em plena “era da democracia confusa”. Diante disso, os estudos dentro da ciência política focaram na problematização da formação e da manutenção do poder nas organizações democráticas (Reis, ano; Silva,Setti, Paranhos,Nascimento, 2013).

Este cenário refletiu em entraves para a compreensão de uma feição mínima sobre a definição de democracia (Lavalle, Vera, 2011). Autores como Robert Dahl (1997, 2008) e Alan Touraine (1996) pensam a democracia para além dos procedimentos político, atingindo um âmbito mais valorativo, não como esferas distintas, e sim, como aspectos de um mesmo fenômeno que interagem no sentido de complementariedade. Robert Dahl afirma que a democracia não pode ser limitada ou definida apenas como um procedimento ou um meio para decisões políticas (Dahl, 1997), pelo contrário, é importante a presença de valores, como as liberdades de voto, organização e expressão, e, principalmente, a igualdade política (Dahl,2008).

Alain Touraine (1996) também compartilha desse entendimento, e argumenta que a democracia não surge do Estado de direito, mas do apelo aos princípios éticos em nome da maioria sem poder e contra os interesses dominantes. Assim, vê nos princípios democráticos os recursos da vida política no combate às desigualdades, e na livre escolha dos governantes os mecanismos institucionais (Touraine, 1996).

Ao aderir um caráter valorativo à democracia, ambos culminam no pensamento desta como o fator unificador da diversificação, sendo o meio pelo qual atores sociais de diferentes grupos e culturas se fazem presentes no mundo político. Assim, num mundo social marcado por relações desiguais e de dominação, a representação se apresenta como uma ideia de horizonte democrático, uma vez que a democracia é o meio político de garantir a diversidade social e cultural dos membros de uma sociedade (Touraine, 1996).

Sendo assim, parte-se da ideia de que a democracia é pautada em princípios como a igualdade política e justiça social<sup>1</sup>, e por isso, a exclusão de grupos socialmente minoritários da esfera pública não faz parte de uma democracia representativa, nem de uma sociedade democrática. Nas palavras de Touraine (1996, p.89.) “(...) sua exclusão da vida política dá necessariamente à nossa vida pública um caráter não democrático (...)”. Desse modo, a presença dos grupos excluídos do espaço político torna-se fator de qualificação das democracias modernas, já que esta deve fornecer mecanismos para o reconhecimento e representação efetiva das distintas vozes e perspectivas de grupos que são oprimidos e desprivilegiados (Young, 1992).

Nas recentes discussões sobre a qualidade dos regimes democráticos contemporâneos, alguns autores têm chamado a atenção para o tema da sub-representação política das mulheres (Norris, 2011; Sacchet, 2009; Moller e Cardona, 2009; Prá, 2014; Sanchez, 2012;). Apesar de avanços e que mudanças importantes tenham ocorrido em relação à desigualdade política nas últimas décadas, diferentes fontes de dados, como o Inter-Parliamentary Union (IPU)<sup>2</sup>, o Fórum Econômico Mundial (FEM)<sup>3</sup> e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)<sup>4</sup> têm demonstrado persistentes disparidades na distribuição do poder político entre mulheres e homens ao redor do mundo, sendo um quadro recorrente na América Latina. Este cenário faz da sub-representação das mulheres nos espaços políticos um fenômeno constante ao longo da história. A partir disso, surge o questionamento sobre quais seriam as razões para a manutenção das baixas taxas de mulheres nos parlamentos, em especial, na América Latina?

A literatura tem apontado, ao longo dos últimos anos, fatores que condicionariam a falta de mulheres nos assentos parlamentares. Tais elementos formarão o que aqui serão chamadas de “dimensões da sub-representação”, assim, é possível observar três: a) econômica- estrutural; b) político- institucional; c) cultural. O que se observa, em termos de análise, é que os estudos recentes tendem a enfatizar uma dessas possíveis dimensões como grande causa da sub-representação, sendo

---

<sup>1</sup> O posicionamento sobre os princípios da democracia se agregam ao exposto por Touraine, mas também ressaltando que não existe uma essência ou princípio central, e por isso, também, se resalta os princípios apontados por Pateman (1992).

<sup>2</sup> Maiores informações: <http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>

<sup>3</sup> Maiores informações: <https://agenda.weforum.org/topic/global-issues/gender-parity/>

<sup>4</sup> Maiores informações: [http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALSTAT/Portada.asp](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp)

raros aqueles que se debruçam à uma análise da multidimensionalidade ou multicausalidade do fenômeno.

A ideia de olhar a sub-representação como resultado de diversas causas parte do próprio mundo social, no qual essas não se apresentam de maneira isolada, elas estão presentes sem evidente distinção. Parte-se do pressuposto de que individualmente essas dimensões são relevantes, o que leva à principal ideia de pesquisa que é saber os efeitos da multidimensionalidade na sub-representação das mulheres na política. Entretanto, para se atingir tal objetivo, o primeiro passo, que é o foco do presente *paper*, é analisar quais seriam os possíveis aspectos que compõem cada uma das dimensões. Visando este horizonte, buscou-se realizar um levantamento dos elementos que têm sido apontados pela literatura como os condicionantes do fenômeno da sub-representação das mulheres nos parlamentos e, a partir disso, possibilitar classificá-los nas dimensões.

## II- DEMOCRACIA, IGUALDADE POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO

Desde o século XVIII, o tema democracia se tornou a problemática central da política e da ciência política (Reis,2000), isto porque a expansão das ideias e crenças democráticas e o processo político implicados nessa etapa converteram essa temática em um lugar comum no pensamento político. Nesse sentido, os problemas que envolvem as democracias contemporâneas tornam-se pontos cruciais a serem enfrentados pelos teóricos e pelas pesquisas empíricas, como é o caso do dilema da igualdade política (Dahl,1997, 2008; Schlozman,Verba e Brady,2012).

Diante disso, o questionamento inicial é saber o porquê a igualdade política é importante para a democracia. Robert Dahl procura responder e ainda pressupõem a viabilidade realística da igualdade, primeiro, por acreditar na chamada *igualdade intrínseca* (Dahl,2008). Para isso, parte da premissa da existência de um juízo moral de que todos os seres humanos tem o mesmo valor intrínseco, e que nenhuma pessoa é naturalmente superior a outra, e assim, deve-se dar igual consideração ao bem ou aos interesses de cada uma<sup>5</sup>.Segundo, ao se assumir essa premissa, a decisão sobre o que é o bem e quais são os interesses não pode partir de maneira exclusiva do

---

<sup>5</sup> Para Dahl, a história documentada traz exemplos concretos da transformação da pressuposição da igualdade intrínseca em ideal social e democrático quando diversos países inserem em suas Constituições a afirmação de que *todos os seres humanos merecem ser tratados como iguais*, socialmente, economicamente e politicamente.

Estado<sup>6</sup>, como também aponta Touraine (1996), e tampouco, pressupor a existência de alguma pessoa ou segmento que seja melhor qualificado para governar ou estabelecer, o que chama de *juízo prudencial*.

Em suma, Dahl não aponta esses motivos como universais para a busca de uma maior igualdade política, mas acredita que os juízos moral e prudencial oferecem forte apoio para se olhar essa como um ideal conveniente e razoável a ser alcançado por todos os tipos de regimes. Contudo, acrescenta que apenas um sistema político democrático pode propiciar a aproximação entre ideal e realidade, uma vez que é o único que possui um Estado que deriva sua legitimidade (Schlozman, Verba e Brady, 2012, p.100) e suas instituições em ideais. Dessa forma, a igualdade política apresenta-se como um valor e fim, sendo um dos mais importantes componentes da democracia e de governos democráticos (Schlozman, Verba e Brady, 2012, p.96).

Diante disso, a concepção de igualdade mostra-se intimamente ligada à idealização da própria democracia, a qual fundamenta os juízos morais e ajuda na descrição das características de um sistema ideal, que possibilitam avaliar e analisar o que se encontra na realidade (Dahl, 1997, 2008). Diante disso, o ideal de democracia apresentado por Robert Dahl (1997, 2008) tenta unir valores, como a igualdade política, e procedimentos que resultem na classificação de uma sociedade e governo como democráticos. O autor elenca seis aspectos mínimos: 1) participação efetiva, 2) igualdade na votação, 3) aquisição de conhecimento iluminativo, 4) controle final da agenda política, 5) inclusão e 6) direitos fundamentais.

Tais requisitos, que são elementos do processo político, também, constituem direitos fundamentais, como os direitos a participar, a votar, a buscar conhecimento necessário para entender e construir a agenda política (Dahl, 2008). A construção dessa dialética se torna possível no momento em que a inclusão é vista como característica da democracia, pois tem o poder de conferir o direito à participação em todas as formas acima descritas. Portanto, a inclusão e os direitos fundamentais

---

<sup>6</sup> Isto porque ao seu ver é preciso desmitificar o poder absoluto como pressuposto da conservação da autoridade e do governo democrático, já que com o tempo o que se chama de “bem comum” pelos governantes tem a tendência de se tornar pressuposto para manter seus próprios poderes e privilégios. Além disso, o debate e a controversa são essências para uma democracia, uma vez que um governo que não recebe questionamento e não lida com as diferenças tende a cometer erros que podem ser desastrosos e até resultar em regimes autoritários modernos. E por fim, os casos históricos de exclusão e negação à igual cidadania para alguns estratos da sociedade demonstram que quando excluídas da participação política seus interesses não eram considerados e nem protegidos de forma adequada.

formam um sistema de valores que caminham em conjunto com os procedimentos políticos, ou seja, Dahl cria um ideal que visualiza a democracia como forma e valor.

Outro autor que procura seguir a linha da democracia como mescla entre procedimento e valores é Alain Touraine (1996). Sua ideia é de que a democracia não surge do Estado de direito, mas do apelo aos princípios éticos e morais, como liberdade, justiça e igualdade. Para tanto, faz-se necessária a criação de um espaço político constituído por instituições e processos que concedam ferramentas que protejam os direitos democráticos dos cidadãos contra a onipotência do Estado. Assim, a democracia não se reduz aos procedimentos e instituições, como aponta Schumpeter (1961), para além disso, trata-se da força social e política que se esforça para transformar o Estado de Direito em um sentido que corresponda aos interesses dos dominados (Touraine, 1996). Portanto, em sua teoria a democracia se constitui da dimensão moral, social e cívica e da procedimental, as quais estão estritamente associadas.

A partir disso, a igualdade política ganha papel relevante para a concretização de sociedades e governos democráticos, já que, como bem ressalta Dahl (2008, grifos do autor, p.15), “(...) se cremos na democracia como objetivo ou ideal, então de maneira implícita devemos considerar a igualdade política como *objetivo ou ideal*”<sup>7</sup>. Assim, a igualdade política se torna um fim e valor democrático, como apontam Schlozman, Verba e Brady (2012) por promover, em primeiro lugar, a igualdade de proteção dos diversos interesses e também, por possibilitar com que esses sejam levados em conta de forma igual na dinâmica política, através dos requisitos já apontados por Dahl (2008).

Dessa forma, a incorporação das diversas demandas ampliou a clivagem e complexificou as questões políticas ao longo dos anos, e por isso, a democracia representativa e suas instituições tornaram-se indispensáveis na mediação da efetiva absorção das demandas e as práticas democráticas. Diante das mudanças, a representação se torna central na ideia da continuidade do exercício do poder pelo povo, mesmo que de maneira mediada (Miguel, 2014).

Seguindo essa lógica, a democracia deve ser plural, tanto em abertura de espaços, como na absorção dos diferentes grupos. Assim, a democracia está vinculada à entrada do maior número de atores sociais individuais e coletivos no campo das decisões (Dahl, 1997, 2008; Pateman, 1992; Touraine, 1996;

---

<sup>7</sup>Tradução livre da autora: “ (...) si creemos en la democracia como un objetivo o ideal, entonces de manera implícita debemos considerar la igualdad política como *objetivo o ideal*”. Robert Dahl, 2008.

Schlozman, Verba e Brady, 2012), sendo através da representação ou da participação. Com isso, autores como Dahl (1997 e 2008), Pateman (1992) e Touraine (1996) argumentam em prol de uma democracia que se pautar na ideia de igualdade e justiça política, que denotam a presença dos grupos excluídos ao espaço político como fator de qualificação da sociedade como democrática. Desse modo, a “política das ideias” tem sido desafiada pela “política da presença” (Philips, 2001), que busca esclarecer o sentimento de exclusão política amplamente sentida por grupos definidos por seu gênero, etnia e raça.

Retorna-se com força a ideia de que uma representação adequada também implica uma representação mais correta dos diferentes grupos sociais que compõem a massa da sociedade, ou seja, noções típicas de representação descritiva (Pitkin, 1967). Isto porque a democracia é o meio político de garantir a diversidade social e cultural dos membros de uma sociedade, e também deve fazer viver em conjunto indivíduos e grupos cada vez mais diferentes uns dos outros (Touraine, 1996). Portanto, a democracia deve fornecer mecanismos para o reconhecimento e representação efetivos das distintas vozes e perspectivas dos grupos constituintes, que são oprimidos e desprivilegiados (Young, 1987 e 2000; Schlozman, Verba e Brady, 2012).

A representação da diversidade não é apenas uma sensível acomodação às exigências da estabilidade política, ela reflete um reconhecimento mais humilde de que nenhum grupo possui o monopólio da virtude (Philips, 2001). Nesse sentido, a exclusão de grupos socialmente minoritários da esfera pública não faz parte de uma sociedade democrática, e fere fundamentos básicos da democracia representativa. Portanto, focalizando em um desses grupos, este *paper* pretende elucidar como as questões até o momento abordadas se apresentam na realidade representativa das mulheres nos espaços políticos.

### **III- REPRESENTAÇÃO E MINORIAS – MUHERES NO PODER**

O atual cenário da falta de mulheres nos espaços políticos<sup>8</sup> afeta o funcionamento da democracia representativa (Norris, 2006; Miguel, 2009, 2014). Mais do que garantir qualidade para as democracias, a presença das mulheres é uma tentativa de romper com barreiras sociais, estruturais e culturais construídas ao longo da história da humanidade que geram a desigualdade política. Não se trata apenas de

---

<sup>8</sup> Segundo informações do IPU, dia 1 de abril de 2016, as mulheres têm ocupado apenas 22,7% do total de cargos políticos em nível mundial. Em se tratando de América Latina, apenas 28,41% do parlamento é de mulheres.



eleger representantes de um grupo minoritário, e sim de abrir espaços para “ouvir essas vozes” que se encontram às margens da estrutura social (Miguel, 2009), pois como bem esclarecem Schlozman, Verba e Brady (2012), a igualdade democrática tem relação com as oportunidades de expressão da “voz política”.

Diferentes teórico buscam justificar a representação de determinados grupos nos espaços políticos. A teoria vigente de Iris Marion Young se debruça em afirmar a importância da presença dos diferentes grupos nos espaços democráticos como um dos passos essenciais para buscar a igualdade política. A priori, a autora afirma que para fortalecer a democracia é vital presença dos indivíduos na esfera pública, isto porque a democracia é um sistema que ultrapassa a atividade eleitoral, sendo um sistema político, uma forma de vida e de sociedade (Young, 2000). Para isso, o debate público deve ser fomentado, e isso implica em ampliar os assuntos da pauta trazendo a inclusão dos grupos marginalizados, argumento que se relaciona com a posição de Dahl (2008), da necessidade da igualdade de inserção de temas na agenda política como requisito do ideal de democracia. Em outras palavras, os assuntos das minorias sociais não fazem parte da pauta de debates, porque estão desigualmente presentes nos espaços públicos e políticos.

A lógica do pensamento de Young é retomar a participação para reconstruir o conceito de representação em sua arena clássica de manifestação política: o parlamento. A representação é um processo disperso no tempo e no espaço, pois representante e representados podem se encontrar em diferentes locais e não ficam centrados apenas no momento da autorização (Pitkin, 1967; Pateman, 1992; Manin, 1995, Young, 2000;). Isso foge do pressuposto equivocado de que o representante deve agir como o representado agiria, “a lógica da metafísica da representação” (Miguel, 2014). Pelo contrário, o representante deve assumir a diferença, não sendo fator que enfraquece a representação, quando se possui espaços de interação entre os dois sujeitos da relação política. Por isso, participação e representação são conexas e não opostas, a existência de uma depende da outra para a criação de uma democracia mais plural que englobe as injustiças e as exclusões (Pateman, 1992; Young, 2000; Miguel, 2009, 2014).

Diante disso, a autora propõe a pluralização da representação, assim, uma única pessoa pode ser representada de diversas maneiras, ou seja, flexibilidade da forma de representação (Young, 2000). Em sua proposta existem três modos de representação, a) *representação por interesse*, quando expressa demandas relacionadas aos interesses de um grupo e o representante conquista recursos para estes; b) *representação por opinião* que está relacionada à defesa de valores que

dizem respeito à ideologia, de como gostaria que o coletivo se apresentasse, ou seja, defesa de um modelo de sociedade. E o terceiro modo é chamado de c) *representação por perspectiva*, porém é fundamental na luta pela presença das minorias, e é através dessa que se justifica a importância da representação das mulheres nos parlamentos.

Para melhor compreender essa nova maneira é primordial reconhecer que todos os indivíduos estão localizados na estrutura social em diversos eixos, são categorias historicamente construídas que os localizam e os hierarquizam na sociedade (Young,1987). Essas estruturas posicionam os indivíduos pelo fato de apresentarem categorias, tais como gênero, raça, classe e etnia. Ao compartilharem um lugar na estrutura social, os indivíduos possuem afinidades que influenciam em suas visões. Por esta razão, os indivíduos de outras posições não possuem acesso às experiências dos demais se não entrarem em contato com os representantes dessas localidades. Por isso, trazer ao debate as minorias hierarquizadas é levar à democracia novas perspectivas, o que impacta diretamente o ideal de democracia pautada na igualdade, justiça e pluralidade (Dahl,1997, 2008; Touraine,1996). Nesse sentido, sua teoria traz elementos para pensar em específico o caso das mulheres nos parlamentos, pois, sua ideia não parte para um essencialismo e nem naturaliza as reproduções dos aspectos de uma sociedade patriarcal<sup>9</sup>.

Nesse sentido, a relevância da presença das mulheres não se dá pelas diferenças sexuais produzidas pela estrutura social, mas sim porque são “vozes diferentes” oriundas de experiências de gêneros diferenciadas impostas pela organização social, e que a diminuição do abismo entre homens e mulheres resulta em uma melhor qualidade da democracia (Young, 1987 e 2000; Schlozman,Verba e Brady,2012; Miguel, 2014). Dessa forma, é possível entender que a baixa presença de mulheres na política é resultado das relações entre diferentes dimensões que estruturam a sociedade. Portanto, a partir dessa lógica buscamos elencar os principais condicionantes do fenômeno da sub-representatividade das mulheres nos parlamentos.

---

<sup>9</sup> Como todas as teorias citadas, a de Iris Young, também apresenta suas limitações, entretanto, ainda se apresenta como a mais coerente e apropriada. Para ver mais críticas, vide Miguel, 2014.

#### **IV – A MULTIDIMENSIONALIDADE DA SUB-REPRESENTAÇÃO DE MULHERES**

A noção de multidimensionalidade parte da ideia de que diferentes padrões de desigualdades se inter-relacionam de forma complexa (Miguel, 2014). Isto demanda ao fenômeno da sub-representação das mulheres um olhar que desconstrua a ideia da existência de uma causa única que seja responsável pelo abismo entre os gêneros.

A multidimensional é pensada por conta da existência de processos de socialização bastante longos e fortes constrangimentos culturais que se combinam com obstáculos políticos-institucionais e sociais na configuração de significativas barreiras que impedem ou limitam a presença das mulheres em distintas esferas do poder político (Oliveira, 2015). Tais dimensões participariam de uma dinâmica de interação e não apenas como dimensões isoladas de um mesmo fenômeno. Contudo, investigações que focalizam mais de uma dimensão são raras, assim, tem-se como objetivo tentar construir empiricamente um modelo de análise que parta da multidimensionalidade da sub-representação das mulheres nos parlamentos.

Um dos primeiros aspectos apontados como fator de obstrução é o nível de desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade. Assim, a primeira dimensão, a socioeconômica ou estrutural, tem por base o argumento de que o desenvolvimento material, por si só, seria a variável determinante para a proporção de mulheres presentes nos parlamentos nacionais (Reynolds, 1999). Além disso, de maneira menos direta, estudos comparativos sobre democratização de alguns países apontaram que com a expansão da liberdade e melhorias estruturais houve o desenvolvimento da classe média e a consolidação das estruturas democráticas (Rules, 1987; Rules 1988; Norris, 1985; Norris, 1987; Darcy, Welsh & Clark, 1994). Portanto, em sociedades menos desenvolvidas economicamente, onde haveriam desvantagens entre classes sociais, sistema de saúde e educacional precários, as mulheres encontrariam maiores dificuldades para romper com as barreiras estruturais e chegar à posições de comando.

O segundo aspecto diz respeito às barreiras políticas-institucionais, que torna a relação mais complexa e não tão direta. Alguns autores (Dahl, 2008; Schlozman, Verba e Brady, 2012; Araujo, 2001 e 2008,) tem apontado que entre as principais barreiras para igualdade política destacam-se, a distribuição de recursos. Os

recursos<sup>10</sup> são peças chaves para se pensar a melhor qualidade democrática, porém, na sociedade há uma evidente distribuição desigual, e por isso, aqueles que comandam e possuem mais recursos tem oportunidade de serem mais ativos politicamente, e com isso, podem fazer com que suas demandas e preferências sejam mais prontamente atendidas (Schlozman, Verba e Brady, 2012).

Ocorre que um dos principais argumentos posto por teóricas políticas feministas, como Young (1987), Pateman (1992 e 1993) e Philips (2001), afirma que a forma como as instituições políticas contemporâneas estão estruturadas impacta fortemente na ausência de mulheres nos cargos políticos. O que essas autoras questionam é que a lógica das próprias bases das instituições políticas partem de valores de desigualdades entre os gêneros, pois são originários de uma hierarquia social de dominação masculina e da divisão entre esfera pública e privada. Isto quer dizer que o tipo de democracia dominante funda-se em concepções de caráter elitista<sup>11</sup> que resultam na exclusão das mulheres do espaço público, e as localizam no âmbito privado com papel social de subordinação em ambas esferas, uma vez que a democracia elitista gera princípios e estereótipos para o sujeito político, que não diz respeito às características socialmente delegas às mulheres. Por isso, Philips (2001) afirma que ao se acreditar que os homens são os sujeitos políticos que monopolizam as habilidades de articular as políticas e as ideias, não se surpreende com o fato de que a maioria dos representantes nos cargos políticos sejam homens.

A partir dessas divisões e construções, haveria a reprodução das desigualdades no modo de distribuição dos recursos políticos para mulheres e homens (Pateman, 1992 e 1993; Philips, 2001; Birolli, 2013; Alvarez, 2006; Araujo, 2001). Esse cenário afeta diretamente na habilidade e no conhecimento, isto porque, a distribuição desigual dos recursos gera diferenças na capacidade de usá-los para alcançar seus objetivos. Em resumo, seguindo a lógica dos recursos de Dahl e o que tem sido apontado pela teóricas feministas, a sociedade pautada nas diferenças entre os gêneros desenvolve instituições políticas que reproduzem as hierarquias e acaba na desigual distribuição de recursos políticos entre mulheres e homens (Biroli e Miguel, 2012). Sendo assim, as mulheres teriam recursos escassos, o que faz com que

---

<sup>10</sup> Segundo Dahl, todos os recursos é recurso político, que se define como qualquer meio que uma pessoa pode utilizar para influir sobre a conduta da outra. Por isso, os recursos políticos incluem o dinheiro, a informação, o tempo, o conhecimento, a comida, a ameaça de força, os trabalhos, a amizade, a posição social, os direitos efetivos, os votos, entre outros. (Dahl, 2008, p.64).

<sup>11</sup> Ver nota de rodapé n.4

poucas se comprometam ou se sintam habilitadas para participar da política ou expressar de alguma forma suas preferências. Em consequência, aumenta-se as disparidades de habilidades políticas, já que poucos recursos, baixo conhecimento e interesse fazem com que não haja para as mulheres a mesma capacidade de promover a efetiva expressão política de forma mais hábil do que aqueles que estão nos patamares mais altos da hierarquia distributiva, que geralmente são homens (Schlozman, Verba e Brady, 2012).

O tempo, também, se apresenta como uma das barreiras da igualdade política, uma vez que são poucas as pessoas que podem dedicar grande parte de seu tempo em buscar influenciar ou participar da política (Dahl, 2003; Schlozman, Verba e Brady, 2012). Assim, o tempo disponível está estruturado com as circunstâncias de vida de cada cidadão, e por isso, o tempo desigual conduz a uma influência desigual, a qual reflete em políticas desiguais entre os cidadãos (Schlozman, Verba e Brady, 2012). Portanto, as diferenças do custo – benefício percebidos no investimento de tempo em questões políticas tende a resultar em desigualdade política. Neste sentido, em razão da divisão entre as esferas pública e privada e das atividades vindas do estabelecimento dos papéis sociais para homens e mulheres, estas não teriam tempo disponível para se ausentar do lar e participar dos espaços públicos, uma vez que caberia às mulheres o cuidado e manutenção do ambiente doméstico (Bittman, 2004; Biroli, 2013; Biroli e Miguel, 2012,).

Ao relacionar todos esses aspectos com as realidades dos sistemas democráticos e os desafios práticos, as instituições políticas são afetadas por essas questões e acabam reproduzindo políticas não representativas e desiguais. Isto faz com que a dimensão político-institucional também encontre elementos nas barreiras jurídicas e institucionais, como os procedimentos e processos eleitorais e até o próprio sistema partidário (Krook e Norris, 2014; Norris 2013; Miguel, 2013; Poncela, 2011; Tobar, 2008; Braga, 2006; Araujo, 2001). Deste modo, passou-se a enfatizar a necessidade por igualdades de oportunidades e ações afirmativas advindas da reforma das instituições políticas que diluam os obstáculos e promovam a possibilidade da mulher participar das posições políticas. Por isso, inúmeras democracias adotaram a política de cotas de gênero na política<sup>12</sup>, medidas afirmativas se fundamentam na crença de que as mudanças nas estruturas dos sistemas impactariam no processo de representação e abrem novas oportunidades de

---

<sup>12</sup> As ações afirmativas como as cotas políticas podem ser de duas naturezas: 1) cotas com reserva de cadeiras nos parlamentos, 2) cotas com reserva de porcentagem de candidatas nos partidos políticos.

participação (Araujo,2001, Krook e Norris, 2014, Poncela, 2011, Álvarez, 2008;Tobar, 2008).

Ademais, a literatura tem apontado que a estrutura do sistema partidário possui impactos relevantes para a representação das mulheres (Norris,2006, Norris,2014, Inglehart e Norris, 2003; Biroli e Miguel, 2012;Poncela, 2011; Álvarez, 2008; Araujo, 2001). Um ponto é o grau de fragmentação (multipartidário ou bipartidário), um sistema com poucos partidos tende a ter grandes concentrações de poder o que seria desfavorável para as mulheres serem eleitas, pois não haveriam muitas oportunidades de participação via partidos (Norris, 2013). Já em sistemas multipartidárias, a lógica é a maior porosidade, ou seja, mais partidos haveria maior probabilidade de renovação e inclusão das mulheres, principalmente, por haver maior competição, mais diversidades ideológicas com aumento de incorporação de diferentes grupos sociais (Norris, 2013; Biroli e Miguel, 2012; Poncela, 2011; Álvarez, 2008; Araujo, 2001). O segundo ponto parte desse último aspecto, que é o contexto interno de posicionamento ideológico, a ideia é que haveria uma tendência de partidos mais à esquerda oferecer um ambiente mais plural e com maior grau de concentração das decisões nas instâncias menores, o que promoveria abertura para maior participação das mulheres (Norris, 2013; Miguel, 2013; Braga, 2006; Araujo, 2001).

Os apontamentos teóricos feitos até o momento, possibilitam verificar que fatores da dimensão socioeconômica/ estrutural –principalmente, o desenvolvimento socioeconômico- e a dimensão político-institucionais – como as reformas políticas; o formato das instituições e o sistema partidário- contribuem para as disparidades na representação das mulheres. Mesmo com os ganhos advindos dessas abordagens, o que ainda não se colocou em debate, é a dimensão dita mais “subjéitiva”, que está relacionada com o aspecto da cultura política, ou seja, é a dimensão que leva em conta as relações constitutivas entre política e cultura (Inglehart e Norris, 2003; Ribeiro e Oliveira, 2013; Oliveira, 2015).

Apesar das tradições culturais serem notavelmente duradouras na formação das visões de mundo dos homens e das mulheres, as mudanças culturais (Inglehart e Welzel,2005) em curso no cenário mundial estão levando ao afastamento dos valores tradicionais e indo em direção à incorporação de orientações subjétivas mais igualitárias. Os estudos que tem procurado explorar a dimensão da cultura política apontam na relevância dos valores de massas para a democracia, porque afetam o efetivo funcionamento das instituições, uma vez que em momentos de crises, o regime democrático poderia se sustentar também por meio da crença dos cidadãos nos valores e princípios da democracia (Easton, 1975, Almond e Verba,1989, Inglehart,

1988, Inglehart e Welzel,2005; Inglehart, Norris, Wezel, 2003, Inglehart e Wezel, 2013, Inglehart e Norris, 2003).

Diante do fenômeno da sub-representação, a dimensão da cultura política acrescenta um novo aspecto: normas culturais, valores e crenças também moldam aspectos da igualdade política entre mulheres e homens. Se a predominância de atitudes tradicionais tem efeito negativo em relação à presença feminina em cargos responsáveis por tomada de decisões relevantes (Inglehart e Norris, 2003; Ribeiro e Oliveira, 2014, Oliveira, 2015), a transição para uma sociedade mais igualitária está ligada a incorporação de ideias democráticas (Inglehart e Norris, 2003), como a igualdade política (Dahl, 2008; Tourraine, 1996).

Para alguns autores dessa vertente, uma sociedade de cultura política marcado pela tendência de valores democráticos, como igualdade e justiça, teria indivíduos com posturas críticas e participativas que seriam mais tolerantes em relação aos comportamentos que desviam dos padrões tradicionais elitistas, e, portanto, poderiam igualmente manifestar atitudes mais positivas em relação à igualdade de gênero (Inglehart e Norris, 2003, Ribeiro e Oliveira, 2013; Gimenes, 2015, Oliveira, 2015). Isto teria efeito na diluição dos obstáculos culturais enfrentados pelas mulheres para estarem presentes nos espaços políticos. Portanto, a mudança cultural não é fator isolado e suficiente para justificar as diferenças, porém, é uma condição necessária para a igualdade de gênero (Inglehart e Norris, 2003, Inglehart e Welzel,2005). Por isso, o estudo da dimensão subjetiva é elemento primordial para se compreender as barreiras presentes nas democracias contemporâneas quando se trata do empoderamento feminino (Inglehart e Norris, 2003).

Os estudos culturais e a relação de gênero ganharam força nos últimos anos na América Latina, e atualmente, encontra-se estudos que relacionam cultura política e representação de mulheres com análise do continente Latino Americano no geral (Lodola e Selignton, 2013; Poncela, 2011; Oliveira, 2015). E também, estudos individualizados por países como México (Castro, 2011, Poncela,2011), Argentina (Lodola e Selignton,2013), República Dominicana (Espinal, 2013), Uruguai (Perez, 2006), Brasil (Ribeiro e Oliveira, 2013, Oliveira, 2105).

Diante de tudo que foi exposto, a exploração inicial dos possíveis condicionantes da sub-representação feminina leva à construção de dimensões para se pensar a multidimensionalidade do fenômeno. Sendo assim, pensar a igualdade política entre homens e mulheres não é um processo unidimensional, e sim interativo entre diferentes dimensões, uma vez que é através das bases estruturantes de cada uma

que os direitos, poderes e recursos políticos são disponibilizados na sociedade (Oliveira, 2015).

## **V- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os cenários políticos dos últimos anos demonstram que a distância entre o ideal de igualdade política e sua realidade são enormes, por se constituir um desafio prático para as democracias contemporâneas. A realidade é de um mundo social marcado por desigualdades, e as ausências de determinados grupos sociais (mulheres, lésbicas, gays, transgêneros, travestis, negros, indígenas e pessoas com deficiência, entre outros) nos espaços políticos.

Tendo como foco a falta de mulheres nos parlamentos, a discussão teórica mapeada contribui para analisar que o poder que está em jogo nas disputas políticas impacta na condição da distribuição de recursos e na mobilização dos mesmo entre homens e mulheres, e isto gera disparidades que resultam nas desigualdades. Desigualdade que para além da assimetria de controle dos recursos, também, como afirma Miguel (2013), impactam nas trajetórias de indivíduos e grupos, reflete padrões e se vincula à relações de dominação e hierarquia. Dessa forma, elementos simbólicos e materiais delegam as possibilidades de ação política de mulheres e homens.

Sendo assim, os aspectos apontados criam um cenário que ajuda a repensar e a desestruturar alguns preceitos usados como justificativas para o déficit de representação das mulheres, tais como a falta de interesse. O que se pode concluir é que a desigualdade política deriva de diferentes dimensões, e assim, a inatividade ou o desinteresse não é genuinamente voluntário (Schlozman, Verba e Brady, 2012), isso é simplificar a complexidade da questão. Para além disso, origina-se da relação dispare com aspectos socioeconômicos, institucionais e culturais, que dificultam a mudança em direção a melhor qualidade democrática.

Todos os elementos apontados para cada dimensão são necessários para promover melhoras na qualidade da democracia e na representação política das mulheres, entretanto, sozinhos não são suficientes para atingir a plena igualdade política (Dahl, 2008; Inglehart e Norris, 2003). Neste sentido, com a ambição contribuir para os estudos sobre igualdade política entre os gêneros, a partir da visão da multidimensionalidade do fenômeno da representação, a pretensão era verificar quais os possíveis obstáculos da sub-representação e como se constituíam enquanto dimensão. Por fim, a partir da identificação dos elementos, a tabela (TABELA 1) é uma tentativa de verificar empiricamente como as variáveis das dimensões podem ser visualizadas. Neste sentido, o presente *paper* se constitui como um passo inicial na



busca por um horizonte mais amplo, a partir dele o próximo passo é reavaliar os condicionantes e pensa-los para as especificidades do contexto Latino Americano.

Tabela 1. Dimensões da sub-representação de mulheres nos Parlamntos

<b>Dimensão Socioeconômica / Estrutural</b>	
<b>Condicionante</b>	<b>Possível variável</b>
Desenvolvimento Econômico	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) Taxa de Inflação GDP (renda per capita) PIB- taxa de crescimento do PIB Expectativa de vida
Desenvolvimento Social *	Taxa de mulheres Adultas ativas Economicamente Taxa de mulheres com educação primária Taxa de mulheres com educação secundária Taxa de alfabetização de adultos do sexo feminino
<b>Dimensão Político- Institucional</b>	
<b>Condicionante</b>	<b>Possível variável</b>
Político	N. de Partidos (Grau de Fragmentação) Espectro ideológico Recrutamento Financiamento
Institucional	Nível de Democracia Tempo de Democracia Tipo de Sistema Político Presença de cotas políticas Tempo de Instituição das Cotas Tipo de cota política
<b>Dimensão Cultural</b>	
<b>Condicionante</b>	<b>Possível variável</b>
Democracia	Apoio à democracia
Gênero	Indicadores de Igualdade de gênero**
Igualdade	Indicadores de atitudes igualitárias***
Valores Pós-Materialistas	Indicadores de valores de pós-materialistas

Fonte: Elaboração da autora

Nota: \* Aspecto baseado nas variáveis utilizadas por Inglehart e Norris (2003); \*\* A pretensão é construir um índice com as variáveis de atitudes e comportamentos sobre igualdade de gênero em âmbitos como mercado de trabalho, educação, família e política. Baseado ns variáveis disponíveis nas bases de dados.\*\*\* Mesma lógica do índice de igualdade de gênero, mas com questões sobre racismo, homofobia entre outros.

### Referências Bibliográficas

ALMOND, G.; VERBA. **The Civic Culture : Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Nova York, Sage, 1989.

ARAÚJO, Clara. *¿Por qué las cuotas no funcionan en Brasil?* In: TOBAR. Marcela R.

(Ed). **Mujer y Política. El impacto de las cuotas de género em América Latina**, Santiago, Chile: Catolina, 2008.

\_\_\_\_\_. **Potencialidade e limites da Política de Cotas no Brasil**. Revista Estudos Feminista, 2001. p. 231-252.

BAQUERO, M. *A cultura política na agenda da democratização na América Latina*. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

BARBETTA, P. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: UFSC, 2005.

BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para crítica democrática**. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013

BIROLI, Flávia ; MIGUEL, Luis Felipe. Práticas de gênero e carreiras políticas:: vertentes explicativas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 18, p.653-679, set. 2012.

BRAGA, Maria do Socorro S. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo: Humanitas/Fapesp. 2006.

CASTRO, María García. *Cultura Política y Representación Femenina*. IN: **A 50 años de la cultura cívica: pensamientos y reflexiones em honor al professor Sidney verba**. Dávila, Julia I. Flores (coord).Universidad Nacional Autónoma de México. Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación, 2011, p.157-170

DAHL, R. A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 1997.

\_\_\_\_\_. *La Igualdad política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2008.

RIENNER.Darcy, ROBERT, Susan Welsh.CLARK, Janet.. 1994. **Women, Elections and Representation**. Lincoln: University of Nebraska Press.1987

ESPINAL, Rosario. **Género y Cultura Política**.Colectiva Mujer y Salud, Santo Domingo, República Dominicana, 2013.

GIMENES, E. R. **A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias: partidarismo na América Latina**. 2015. 240 f. Tese (Doutorado) – Programa de PósGraduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

INGLEHART, R. **The renaissance of political culture**. American Political Science Review, v. 82, n. 4, pp. 1203-1230. 1988.

\_\_\_\_\_.**Culture shift in advanced industrial society**. Princeton,Princeton University Press.1990

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian; NORRIS, Pippa. **Gender equality and democracy**. Comparative Sociology, 1, p. 321-46.2002.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa.**Rising Tide: Gender, equality and cultural change around the world**. New York, Cambridge University Press, 2003.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernization, cultural change,and democracy: the human development sequence**. New York,Cambridge University Press.2005

KROOK, Mona Lena; NORRIS, Pippa. **Beyond Quotas: Strategies to promote gender equality in Elected Office**.Political Studies, vol.62, 2014, p.2-20.

LAVALLE, Adrian Gurza. VERA, Ernesto Isunza. **A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability**. Lua Nova. São Paulo, 84, 2011, p.95-139.

LODOLA, Germán. SELIGSON, Mitchell A. **Cultura política de la democracia em Argentina y em las Américas, 2012: Hacia la igualdad de oportunidades**. Vanderbilt University, 2013.

LÜCHMANN, L. H. H.; ALMEIDA, C. C. R.; GIMENES, É. R. *Gênero e representação política nos Conselhos Gestores no Brasil*. In: **Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos**, 33., 2015, San Juan, Porto Rico. Anais... San Juan, Porto Rico: Associação de Estudos Latino Americanos, 2015.

- MANIN, Bernard. **Principles du gouvernement Répresentatif**. Calmann-Lévy, 1995.
- MARÔCO, J. **Análise Estatística com o SPSS Statistics**. ReportNumber, Lda, Pero Pinheiro, 2011.
- MIGUEL, LUÍS FELIPE. **Política de Interesses, política do desvelo: Representação e “singularidade feminina**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2009, v. 9, n. , p. 253 – 267
- \_\_\_\_\_. **Democracia e Representação – Territórios em disputa**. Editora UNESP, São Paulo, 2014.
- MOLLER, Armando Duarte; CARDONA, Martha Cecilia Jaramillo. **Cultura Política, participación ciudadana y consolidación democrática em México**. Espira, Estudios sobre Estado y Sociedad. Vol.XVI,N.46, 2009, pp.137-171.
- NORRIS, Pippa. **Women in European legislative elites**. *West European Politics* 8 (4): 90–101.1985
- \_\_\_\_\_. **Politics and Sexual Equality**. Boulder, CO: Rienner. Darcy, Robert, Susan Welsh, and Janet Clark. 1994. *Women, Elections and Representation*. Lincoln: University of Nebraska Press. 1987
- \_\_\_\_\_. **The impact of electoral reform on women’s representation**. Acta Política, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Democratic Deficit**. New York, Cambridge University Press. 2011
- \_\_\_\_\_. **Cultural Explanations of Electoral Reform: a policy cycle model**. *West European Politics*, vol.34, n.3, p.531-550, 2014.
- OLIVEIRA, Renata. A. de. **Cultura política e gênero na América Latina: estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina**. 81 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.
- PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.
- \_\_\_\_\_. **O contrato Sexual**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1993
- PRÁ, Jussara Reis. **Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo**. Cadernos Pagu – Dossiê O gênero da política: feminismos, Estados e Eleições, 2014. p.169-196.
- PÉREZ, Verónica. **“52% del electorado, 11% del parlamento”**. **Factores culturales y representación política feminina em Uruguay**. Revista Uruguay de Ciencia Política, n.15, 2006, pp.67-81.
- PHILIPS, Anne. **De uma política de ideias a uma política de presença?**. Revista Estudo Feminista, 2001, Ano 9, p.268-290.
- PITIKIN, H. **The concept of Representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.
- PONCELA, Anna María Fernández. **Las cuotas de género y la representación política feminina em México y América Latina**. Nueva Época, n.66, 2011, pp.247-274
- RANINCHESKI, Sonia. CASTRO, Henrique Carlos de O. **Democracia, crenças e cultura política na América Latina: da naturalização à construção dos conceitos, uma comparação**. Pensamento Plural, Pelotas, 11, 2012, p.27-44.
- REYNOLDS, ANDREW. **Women in the legislatures and executives of the world: Knocking at the highest glass ceiling**. *World Politics* 51 (4): 547–572. 1999.
- RIBEIRO, Ednaldo; OLIVEIRA, Renata A. **Cultura Política e Gênero no Brasil: estudo sobre a dimensão subjetiva da sub-representação feminina**. Revista Política Hoje, vol.22, n.1, 2013, p.167-205.
- RIBEIRO, EDNALDO. **Cultura política e gênero no Brasil: estudo exploratório sobre as bases da sub-representação feminina**. In: BAQUERO, M. (Org.). *Cultura(s) políticas(s) e democracia*. 2011

- \_\_\_\_\_. **Cultura Política e Teoria Democrática: implicações empíricas de um debate teórico.** 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Curitiba: UFPR, 2002.
- RULES, W. **Why women don't run: The critical contextual factors in women's legislative recruitment.** *Western Political Quarterly* 34: 60–77. 1988
- \_\_\_\_\_. **Electoral systems, contextual factors and women's opportunities for parliament in 23 democracies.** *Western Political Quarterly* 40: 477–498. 1987.
- SACCHET, Teresa. **Capital social, gênero e representação política no Brasil.** *Opin. Publica*, Campinas, v. 15, n. 2. p. 306-332, 2009.
- SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. **Representação Política e Gênero no Brasil e nos países de democratização recente.** RICRI, Vol.1, No. 2, pp. 01-16.
- SCHLOZMAN, Kay.; VERBA, Sidney; BRADY, Henry. **The Unheavenly chorus – unequal political voice and the broken promise of American democracy.** Princeton University Press, 2012.
- SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil de análise histórica.** *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.
- SILVA, Ricardo. **Dois tensões na teoria democrática.** *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, Edição Especial Temática, 1999, p.41-59.
- SILVA, Denisson. SETTI, Gabriel, PARANHOS, Ranulfo, NASCIMENTO, Willber. **Teoria Democrática Contemporânea: Modelo Democrático Competitivo e Modelo Democrático Popular.** Em Tese, Florianópolis, v.10, n.1, 2013, p.1-27.
- TARRÉS, María Luisa. **Algunos desafios para imaginar uma cultura política com perspectiva de gênero.** *La Ventana*, n.19, 2004, p.51-71.
- TOBAR, Marcela. **Mujer y Política. El impacto de las cuotas de género em América Latina.** Santiago, Chile; Catalonia, 2008.
- TOURAINÉ, A. **O que é a democracia.** Petrópolis: Vozes, 1996.
- TREJO, Edrén Arellano; NÁJERA, Gustavo Meixueiro. **Cultura Política y Participación de las mujeres.** Reporte CESOP, N.52, 2012, P.36-41
- YOUNG, Iris Marion. **A imparcialidade e o público cívico: Algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política.** In: BENHABIB, Seyla. CORNELL, Drucilla (Cord.). Rio de Janeiro: Rosa dos tempos LTDA. 1987. p.p 66-86.
- \_\_\_\_\_. **Inclusion and Democracy.** Oxford: Oxford University Press, 2000.

